

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Monte Alegre	32,99	31,23	29,98	29,38	31,35	28,50	28,47	27,06
Óbidos	32,71	32,98	30,97	30,17	31,77	32,55	28,73	28,84
Oriximiná	29,81	30,05	32,50	31,29	32,25	29,78	29,24	29,79
Prainha	37,91	36,62	34,20	35,25	34,81	36,04	33,38	32,13
Santarém	21,88	21,91	22,78	22,77	22,82	20,97	20,92	19,71
Terra Santa	34,43	36,70	38,82	26,30	33,76	30,71	27,84	28,98

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

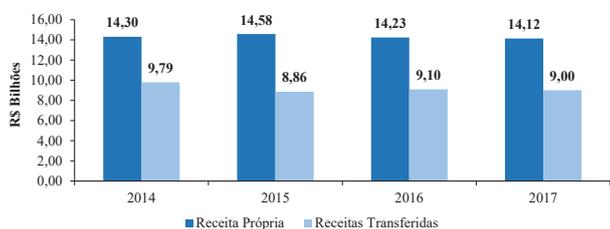
Na RI Baixo Amazonas, esse dado foi de 24,10%, em 2017, o 3º menor percentual, comparado das demais RI, com diminuição de 3,15 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) foram registrados em Prainha (32,13%) e Faro (32,03%), enquanto os menores índices foram em Santarém (19,71%) e Belterra (20,22%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, todos os municípios registraram diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Faro (7,97 p.p.) e Monte Alegre (5,93 p.p.). Faro e Prainha estiveram entre os três municípios com mais alto índice nesse indicador, durante todos os anos analisados, sendo que o primeiro alcançou o ápice do período, 52,3%, em 2014.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos estruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

No período 2014-2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)

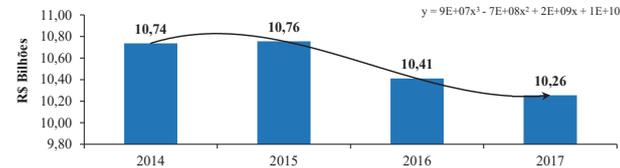


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



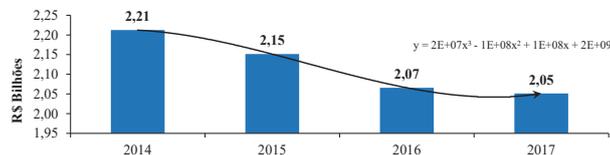
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 a 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentualmente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios Paraenses (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a Região de Integração Baixo Amazonas aumentou em 11%, tendo o município de Santarém recebido a maior parcela (27%) do total destinado a RI, seguido por Oriximiná (22%) e Juruti (11%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região representa, cerca de, 7,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R\$1.00) para os Municípios Paraenses (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Baixo Amazonas	151.977.855,27	156.180.247,02	164.898.764,37	168.396.423,92
Alenquer	6.636.587,57	6.883.977,84	6.662.576,31	6.563.563,41
Almeirim	18.361.225,58	16.349.447,35	15.823.618,81	17.024.242,61
Belterra	3.760.732,96	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Curuá	2.875.854,63	2.796.616,00	2.290.260,62	2.666.447,64
Faro	3.981.952,55	4.087.361,83	4.372.315,73	3.076.670,35
Juruti	11.945.857,62	12.477.209,82	16.031.824,31	(11%)19.280.467,54
Mojui dos Campos	2.875.854,63	2.796.616,00	2.706.671,63	3.076.670,35
Monte Alegre	6.415.368,00	6.668.853,54	7.078.987,36	6.563.563,41
Óbidos	7.742.685,49	8.174.723,66	8.120.014,92	7.794.231,57

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Oriximiná	36.058.792,44	35.065.262,06	35.394.936,81	(22%)37.945.601,01
Prainha	4.424.391,70	4.302.486,13	4.164.110,21	4.102.227,13
Santarém	42.916.599,56	44.315.607,28	49.552.911,52	(27%)46.355.166,63
Terra Santa	3.981.952,55	8.174.723,66	8.536.425,94	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que lhe garantem considerável estoque florestal, e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroextrativista (PAE), criados especialmente a partir de 2005, sob a responsabilidade do INCRA, e, ainda, os Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas (PEAEX).

Contudo, externalidades negativas provocadas por atividades que fazem uso do solo ainda são verificadas no âmbito da região. Dados de 2017 (Tabela 12) apontam que o desmatamento acumulado já alcançou uma proporção de 6% da área total da RI Baixo Amazonas (20.736 km²). Em termos municipais, Santarém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 4.766 km²; e Óbidos, o maior número de registros de focos de calor, 902 focos, em 2017.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a região registrou, em 2018, uma parcela de 75,3% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Juruti possui a maior proporção de área com CAR efetivado (89,6%), seguido por Óbidos (85,5%) e Almeirim (85%).

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Baixo Amazonas	320.842	20.736	5.621
Alenquer	23.645	1.468	592
Almeirim	72.955	1.850	481
Belterra	4.398	830	136
Curuá	1.431	352	131
Faro	11.771	246	41
Juruti	8.306	1.200	298
Mojui dos Campos	4.988	0	464
Monte Alegre	18.153	4.343	549
Óbidos	28.021	1.920	902
Oriximiná	107.603	1.551	507
Prainha	14.787	1.850	704
Santarém	22.887	4.766	784
Terra Santa	1.897	360	32

Fonte: IBGE/PRODES, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastral e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

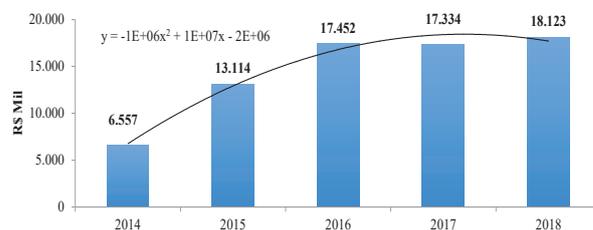
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (km²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Baixo Amazonas	315.981,51	72.596,19	22,97	54.656,14	75,29
Alenquer	23.655,21	7.101,47	30,02	5.619,87	79,14
Almeirim	73.099,55	14.419,94	19,73	12.254,15	84,98
Belterra	4.400,30	1.310,19	29,77	977,80	74,63
Curuá	1.431,51	1.036,99	72,44	820,69	79,14
Faro	11.765,01	663,34	5,64	556,56	83,90
Juruti	8.299,03	1.598,35	19,26	1.431,16	89,54
Mojui dos Campos	4.993,28	4.887,40	97,88	3.801,71	77,79
Monte Alegre	18.177,40	7.907,21	43,50	5.249,63	66,39
Óbidos	28.014,16	5.822,60	20,78	4.975,14	85,45
Oriximiná	107.539,88	7.980,64	7,42	5.321,61	66,68
Prainha	14.807,50	11.475,43	77,50	6.963,41	60,68
Santarém	17.903,51	7.227,01	40,37	6.007,77	83,13
Terra Santa	1.895,17	1.165,63	61,51	676,65	58,05

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que concerne às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, para que estes pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Percebe-se que, entre 2014 e 2018, a RI Baixo Amazonas teve uma participação média de 10% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual. Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$18,123 milhões, com o município de Almeirim detendo a maior parcela (12,3%), seguido por Oriximiná (11,4%) e Santarém (9,55%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde da Região de Integração Baixo Amazonas (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.